

**TERMO DE REFERÊNCIA 27/2026****Informações básicas**

Número do Artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2026	160249-ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS	LILIAN DE PAULA SANTOS	03/04/2026 14:21 (v 0.4)

**Status**

ASSINADO

**Outras informações**

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II – Compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	90.006/2025	64000.039.613/2025-86

**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA****Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021****AQUISIÇÕES, LICITAÇÃO****MINISTÉRIO DA DEFESA****EXÉRCITO BRASILEIRO****ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS****(Academia Real Militar/1811)****(Processo Administrativo nº 64000.039613/2025-86)****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
 Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021  
 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação  
 Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

**1.1. Aquisição de Materiais de Divulgação Institucional** para diversos setores da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a saber: Estado-Maior Geral, Corpo de Cadetes, Divisão de Ensino, Base Administrativa, Assessoria Jurídica, Ajudância-Geral, Assessoria de Governança e Gestão, Batalhão Agulhas Negras, Prefeitura Militar Acadêmica, Comissão Especial de Obras, Batalhão Logístico Acadêmico e Campo de Instrução da AMAN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNID. DE MEDIDA	Qtd		VALOR (R\$)	
				mínima	total	Unit	Total
1	Placa Homenagem. Placa em aço inox escovado, medindo 20x15cm, com fundo fosco, conforme modelo fornecido pelo cliente, espelhados e colorido, ambos na parte superior, tudo fotogravado, acondicionadas em embalagens de veludo preto.	618630	Unid	5	302	122,51	36.998,02
2	Pasta Eventos. Porta Diploma com Ponteiros Internas em Couro Sintético 32x25cm. Material: couro sintético; formato: 32x25 cm; tipo de gravação: baixo relevo; aplicação: porta diploma; acabamento: tecido acetinado interno; formato: retangular; logotipo: conforme modelo; características adicionais 1: divisória interna, cantoneiras em metal.	608823	Unid	5	363	53,68	19.485,84
3	Placa Homenagem. Troféu em acrílico Portão Monumental da AMAN (MÉDIO). Topo: 20x14,5 cm, 10mm de espessura, acrílico transparente, corte laser personalizado, maciço, sem colagem. Base: 20x4,5 cm em acrílico transparente, 50 mm de espessura, gravação em baixo relevo (laser mark), base maciça sem colagem. Características adicionais: gravado à laser na base e no topo, conforme modelos enviados pelo contratante; corte à laser (topo 10 mm) conforme modelos enviados pelo contratante, topo e base maciços unidos por colagem.	467609	Unid	5	186	616,66	114.698,76
4	Pasta Eventos: Material: Papel Triplex / Altura: 320 MM / Gramatura: 300 G/M2 / Largura: 450 MM / Acabamento: Plastificado / Cor Impressão: 4/0 / Características Adicionais 1: 1 Dobra, Bolso Interno. Descrição complementar: Pasta porta Diploma - Pasta TRIPLEX 300 g, 32X44 cm, 4/0 cores, com cortes laterais para suporte do diploma.	352151	Unid	50	910	5,27	4.795,70

5	Impresso Padronizado: Material: Papel Vergê / Tipo: Diploma / Gramatura: 250 G/M2 / Comprimento: 29,70 CM / Largura: 21 CM / Cor: Branca / Características Adicionais: 4 / 0 Cores Descrição complementar: Diploma da Medalha Marechal José Pessoa personalizado, colorido, em papel vergê, tamanho A4.	463326	Unid	20	685	4,30	2.945,50
6	Medalhas em fundição de ouro, prata ou bronze, conforme demanda do contratante, com detalhes em alto e baixo relevo, no tamanho de 7 a 7,5 cm de diâmetro, espessura de 0,4 cm e com gorgurão colorido personalizado de 3,5 a 3,8cm de largura. Arte do gorgurão e da escrituração na medalha a serem entregues pelo contratante no momento da emissão da nota de empenho.	444435	Unid	20	618	16,83	10.400,94
7	Garrafa. Material: alumínio, capacidade: 300 ml, aplicação: água. Características adicionais - tampa roscável, válvula PVC atóxico, personalizada, cores: verde, vermelho azul, amarelo, preto, cinza ou branco; tipo: squeeze. Características adicionais: gravação a laser, arte e cor a serem definidas pelo contratante no momento da emissão da nota de empenho.	397292	Unid	20	1.120	14,13	15.825,60
8	Sacola. Material: 100% poliéster; tipo: mochila; altura: 43 cm, largura: 30 cm; cores: verde, vermelho, azul, amarelo, preto, cinza ou branco; material da alça: cordão, Características Adicionais: bolso com velcro, personalizado conforme modelo fornecido pelo contratante. Arte e cor a ser definida pelo contratante no momento da emissão da nota de empenho.	466971	Unid	20	1.133	21,41	24.257,53
9	Boné Material Corpo: 100% Poliéster, Material Aba: Plástico Rígido, Modelo: Americano, Cor: Branco e Azul, Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão, Tamanho: Regulável. Características Adicionais: Arte e cor a serem definidas pelo contratante no momento da emissão da nota de empenho.	631671	Unid	20	1.111	33,30	36.996,30

10	Camiseta em tecido dry-fit (100% poliamida, microfibra), com gola careca, nos modelos masculino e feminino com corte normal de acordo com a demanda da contratante, manga curta, com uma logomarca estampada na altura do peito esquerdo à frente e uma logomarca estampada nas costas, conforme artes a serem entregues pela contratante. Tamanhos: PP, P, M, G e GG. Características Adicionais: arte, tamanhos e cor a serem definidos pelo contratante no momento da emissão da nota de empenho.	600671	Unid	3	1.102	34,96	38.525,92
11	Placa Identificação. Placa em aço escovado, medindo 9x3 cm, sem gravação. Placa Homenagem.	606227	Unid	20	318	80,81	25.697,58
12	Placa em acrílico cristal, medindo 16x12 cm, com 10 mm de espessura, bordas bisotadas, sem gravação.	609926	Unid	20	184	33,00	6.072,00
13	Moeda de coleção em Metal Zinco, medindo 6 cm de diâmetro, banho de bronze envelhecido, até 05 cores e design conforme arte do cliente, acomodadas em saco de PVC.	601516	Unid	5	474	25,56	12.115,44
14	Placa Homenagem. Cadete grande sem bandeira: estatueta estilizada em resina do cadete da AMAN, sem bandeira. Tamanho: 11 cm de altura, sobre base de 4,5 x 5 cm, pintado à mão, com inscrição AMAN na base, acompanhado de caixa de papelão para embalagem.	304685	Unid	5	420	64,33	27.018,60
15	Medalha em fundição de prata envelhecida, conforme demanda do contratante, com detalhes em alto e baixo relevo, no tamanho de 35 mm de diâmetro, 2,7 mm de espessura. Fita correspondente à Medalha será de gorgurão de seda colorido personalizado de 35 mm de largura, com duas tarjas laterais na cor vermelha, com 5 milímetros de largura cada uma. Barreta será revestida pelo mesmo tecido da fita que sustenta a Medalha, medindo 10 milímetros de altura por 35 milímetros de largura. Toda a Arte e escrituração na medalha constará no Termo de Referência.	444112	Unid	3	565	148,54	83.925,10

16	Troféu desportivo de campeão de modalidades confeccionado em polímero com aspecto metálico, com corpo dourado e base na cor preta. Altura total do troféu, somadas a base e o corpo: 40 a 42 cm. Estrutura da base em formato de cubo oco com altura de 11 cm e com medidas de comprimento e largura de 13 cm aproximadamente, a base deve possuir um suporte embaixo que faça o troféu sustentar-se equilibrado. O corpo do troféu deve ter forma de taça com altura de 30 cm, largura e comprimento de 16 cm aproximadamente, com alças nas laterais para transporte. Marca/modelo referência: 700323-DO, catálogo Ind. Vitória.	222490	Unid	1	34	153,24	5.210,16
17	Troféu desportivo de campeão geral confeccionado em polímero, com corpo dourado e base na cor preta. Altura total do troféu, somadas a base e o corpo: 80 a 90cm. Estrutura da base em formato de cubo oco com altura de 17cm e com medidas de comprimento e largura de 31cm aproximadamente, a base deve possuir um suporte embaixo que faça o troféu sustentar-se equilibrado. O corpo do troféu deve ter forma conforme solicitado pelo demandante no momento da contratação com altura, largura e comprimento de 57cm aproximadamente, com alças nas laterais para transporte.	222496	Unid	1	16	561,46	8.983,36
18	Caneta metálica. nas cores preta ou prata contendo uma gravação a laser na lateral do brasão da AMAN e a inscrição "AMAN"; carga de tinta cor azul e embalagem individual em sacola de feltro.	460547	Unid	20	429	10,96	4.701,84
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>							<b>478.654,19</b>

**1.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da celebração do Termo de Contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**1.5.** O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000349/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2025
- III) Id do item no PCA: 097
- IV) Classe/Grupo: 9905- CARTAZES, MOSTRUÁRIOS E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO
- V) Identificador da Futura Contratação: 160249-2/2026

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

**4.1.1.** A descrição de Sustentabilidade Ambiental foi feita no Tópico sobre “Possíveis Impactos Ambientais”, do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice I deste Termo de Referência.

### **Da exigência de amostras**

**4.2.** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

**4.2.1.** A aceitação da Proposta, via sistema, está condicionada a aceitação da amostra, por meio do Termo de Aprovação /Reprovação da Amostra, **ANEXO V do Edital**.

**4.3.** Serão exigidas amostras de todos os itens que compõe o presente certame.

**4.3.1.** Após a remessa da Proposta Ajustada ao Lance Vencedor, enviada pelo sistema, com as correções porventura solicitadas pelo Pregoeiro, a empresa Licitante, provisoriamente classificada em 1º lugar, será convocada para enviar uma **AMOSTRA DO MATERIAL** pertinente com o Item vencido, sob pena de não aceitação da proposta, no local abaixo indicado e dentro de 10 (dez) dias corridos, contados do dia subsequente da solicitação feita pelo pregoeiro no sistema, onde serão avaliados os aspectos de padrões mínimos de qualidade do produto.

**4.3.1.1.** O prazo para a apresentação de amostra para os itens **3, 15, 16 e 17** será de 15 (quinze) dias corridos.

**4.3.1.2.** Para os demais itens, 10 (dez) dias corridos.

**4.4.** As amostras poderão ser entregues presencialmente, com agendamento pelo E-mail **pregoeiro2.aman@gmail.com**, no endereço, abaixo especificado, no prazo limite estabelecidos nos subtópicos anteriores, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

Local	<b>Seção de Licitações da Base Administrativa da Academia Militar das Agulhas Negras</b>
Endereço	Rodovia Presidente Dutra Km 306, S/Nr CEP: 27534-970
E-mail	<b>pregoeiro2.aman@gmail.com</b>

**4.4.1.** Em caso de remessa postal, a Empresa Licitante deverá encaminhar o código de rastreamento da postagem do objeto, para o E-mail **pregoeiro2.aman@gmail.com**, para acompanhamento do dia da postagem do destino da encomenda pelo pregoeiro.

**4.4.2.** Não serão aceitas amostras postadas após os prazos para a apresentação, estabelecidos neste Termo de Referência (TR).

**4.4.3.** É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

**4.5.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

**4.6.** Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

**4.6.1.** Serão avaliados, integralmente, para todos os itens, os aspectos das especificações técnicas de qualidade descritas no subtópico 1.1. do TR.

**4.6.2.** As amostras deverão ser confeccionadas de acordo com o **Apêndice IV ao Termo de Referência (TR)** anexo do Edital.

**4.6.3.** As especificações da Medalha Marechal José Pessoa, “O idealizador da AMAN”, Item 15 do subtópico 1.1. deste **Termo de Referência (TR)**, deverão seguir as especificações do determinado na Portaria- DECEX/C Ex nº 440, de 9 de novembro de 2021, apêndice II a este **Termo de Referência (TR)** e anexo ao Edital deste certame.

**4.6.4.** O apêndice III a este **Termo de Referência (TR)**, anexo do Edital deste certame contém as especificações detalhadas para a confecção da medalha e deverá ser utilizado pelos fornecedores.

**4.6.5.** O apêndice IV a este **Termo de Referência (TR)**, anexo do Edital deste certame, contém as características dos Materiais de Divulgação Institucional;

**4.6.6.** É vedada a oferta de produtos ou serviços reconicionados, usados ou de padrão inferior.

- 4.6.7.** As dúvidas para a confecção das amostras deverão ser sanadas através do endereço de E-mail [pregoeiro2.aman@gmail.com](mailto:pregoeiro2.aman@gmail.com), os quais serão encaminhados para a Área Técnica.
- 4.7.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.8.** A classificação da Proposta está condicionada à aceitação da amostra.
- 4.9.** Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.10.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.11.** Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.12.** Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

### **Subcontratação**

- 4.13.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

- 4.14.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Não haverá reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

- 4.15.** Na presente licitação, **não** será realizada a reserva de cota de até 25 % (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- 4.15.1.** Considerando que o valor estimado para os Itens 3 e 15 ultrapassam o limite de R\$ 80.000,00, a administração deixa de aplicar a reserva de cota de até 25% para ME/EPP visando preservar o princípio da padronização e a integridade estética do objeto.
- 4.15.2.** O troféu em acrílico Portão Monumental da AMAN e a medalha institucional da AMAN são símbolos de distinções que exigem rigorosas uniformidades em especial, sua fundição, tonalidades e precisão dos relevos.
- 4.15.3.** A divisão do item entre fornecedores distintos acarretaria um risco elevado de variações técnicas (matrizes diferentes, banhos químicos distintos e acabamentos manuais divergentes), o que comprometeria a identidade visual institucional e a solenidade do material.
- 4.15.4.** Portanto, a adjudicação integral a um único licitante é indispensável para garantir a homogeneidade e a qualidade técnica de todo o lote.



## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

- 5.1.** O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.
- 5.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), situada na Rodovia Presidente Dutra Km 306, S/Nº - Centro, Resende - RJ.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.4.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

- 6.5.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

- 6.6.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.8.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.9.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**6.10.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.11.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

**6.12.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.13.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**6.14.** A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

### **Gestor do Contrato**

**6.15.** Cabe ao gestor do contrato:

**6.15.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.15.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.15.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**6.15.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e

aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**6.15.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**6.15.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**6.15.7.** enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**7.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**7.2.4.** Multa:

**7.2.4.1.** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

**7.2.4.2.** Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

**7.2.4.2.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**7.2.4.3.** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

**7.2.4.4.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

**7.2.4.5.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

**7.2.4.6.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

**7.2.5.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

**7.2.5.1.** a entrega de material em desacordo com as especificações técnicas: Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor mensal do contrato, por dia ou fração de dia de não reposição, limitada a 2% do valor mensal.

**7.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**7.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**7.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**7.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**7.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**7.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**7.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**7.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**7.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**7.9.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**7.9.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**7.9.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**7.9.4.** os danos que dela provierem para o Contratante; e

**7.9.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**7.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**7.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**7.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

### Recebimento

- 8.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **7 (sete) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4.** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **7 (sete) dias** úteis.
- 8.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7.** O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9.** As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### Liquidação

- 8.10.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.12.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1.** o prazo de validade;
- 8.12.2.** a data da emissão;
- 8.12.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5.** o valor a pagar; e
- 8.12.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.13.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

**8.14.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.15.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1.** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2.** identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.16.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**8.17.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.18.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**8.19.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

**8.20.** O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**8.21.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

**8.22.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

**8.23.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.24.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.25.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.26.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

**8.27.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **5 de março de 2026**.

**8.28.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

**8.29.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.30.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado(s) o índice definitivo.

**8.31.** Nas aferições finais, o índice(s) utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**8.32.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**8.33.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



**8.34.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Forma de Fornecimento**

**9.2.** O fornecimento do objeto será parcelado

#### **Críticos de aceitabilidade de preços**

**9.3.** Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

**9.3.1. Valores unitários:** tabela constante no subtópico **1.1.** deste Termo de Referência (TR).

#### **Exigências de habilitação**

**9.4.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**9.5. pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.6. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.7. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.9. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.10. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das

Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.12. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.13.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.14.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.15.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.16.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.17.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.18.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.19.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

**9.20.** certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

**9.21.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**9.22.** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo}}{\text{}}$$

$$\begin{array}{l}
 \text{Prazo} \\
 \hline
 \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\
 \\
 \text{Ativo Total} \\
 \hline
 \text{SG} = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante} \\
 \\
 \text{Ativo Circulante} \\
 \hline
 \text{LC} = \text{Passivo Circulante}
 \end{array}$$

**9.23.** Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

**9.24.** Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

**9.25.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**9.26.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**9.27.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**9.28.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## Qualificação Técnica

**9.28.1. Sociedades empresárias estrangeiras** atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

## Disposições gerais sobre habilitação

**9.29.** Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**9.30.** Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.31.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.32.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.33.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 478.654,19 (Quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e dezenove centavos)** conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

**10.2.** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

**10.3.** Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**10.3.1.** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**10.3.2.** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**10.3.3.** serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**10.3.4.** poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**12.2.** Ao final da fase preparatória e elaboração deste Termo de Referência, procedeu-se à análise técnica quanto à necessidade de imposição de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527/2011.

**12.3.** Concluiu-se pela não classificação do documento em qualquer grau de sigilo (reservado, secreto ou ultrassecreto)

## **13. RESPONSÁVEIS**

**13.1.** Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**JOSE CRISTOVAO LIMA NUNES**

Membro da Equipe de Planejamento

**LILIAN DE PAULA SANTOS**

Membro da Equipe de Planejamento

**FUEDE FERES JUNIOR**

Chefe da Equipe de Planejamento

**RAFAEL SALGADO DA SILVA**

Autoridade competente